

PRÁTICAS AVALIATIVAS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

EVALUATION PRACTICES FOR STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS

Márcia Ângela Patrícia¹
Patrícia de Souza Amorim²

RESUMO

Este artigo analisa práticas avaliativas para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) em uma escola pública de Ariquemes – RO. Para tanto discute aspectos teóricos sobre a avaliação da aprendizagem para esse público, amparando-se em autores como Bolsanello (2005), Beyer (2005), Luckesi (2006, 2008), Freitas (2008), Hoffman (2014), Arruda (2014), Shiroma (2017) e outros. Explicita os documentos legais que dão garantias à inclusão escolar e avaliação diferenciada, como LBB 9.394/96, Brasil (2001, 2007, 2009, 2010, 2011 e 2013). Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva exploratória, realizada no segundo semestre de 2017. Os sujeitos respondentes foram professoras que atuam no Ensino Fundamental I. O problema da pesquisa foi identificar como os alunos com NEE estão sendo avaliados e como esse processo tem possibilitado na inclusão. A metodologia empregada foi a análise de conteúdos de Bardin (2009). Os resultados apontam que a falta de formação dos professores tem limitado uma avaliação da aprendizagem formativa e inclusiva para os alunos com NEE e conseqüentemente influenciado na inclusão. Mediante tais resultados concluiu-se o despreparo dos professores no que se refere à avaliação da aprendizagem na perspectiva da inclusão, pois estes não conseguem relatar as metodologias que estão utilizando para avaliar estas crianças, como também se contradizem ao inferir sobre o real significado da avaliação para o ensino aprendizagem e sua prática docente, essa prática tem sido realizada sob a ótica do improvisado, já que não recebem formação.

Palavras-chave: Práticas Avaliativas para NEE. Formação de Professores. Inclusão Educacional.

ABSTRACT

This article analyzes evaluative practices for students with special educational needs (SEN) in a public school in Ariquemes - RO. In order to do so, it discusses theoretical aspects about the evaluation of learning for this public, supporting authors such as Bolsheva (2005), Beyer (2005), Luckesi (2006, 2008), Freitas (2008), Hoffman (2014), Arruda), Shiroma (2017) and others. It explains the legal documents that provide guarantees for school inclusion and differentiated evaluation, such as LBB 9.394 / 96, Brazil (2001, 2007, 2009, 2010, 2011 and 2013). This is an exploratory descriptive qualitative research carried out in the second half of 2017. The respondents were

¹ Mestre em Educação – UNIR – RO. Pedagoga – UNIR – RO. Professora do curso de Pedagogia do campus de Ariquemes – RO. E-mail: marroco@unir.br.

² Mestre em Educação – UNIR – RO. Pedagoga – UNIR – RO. Professora do curso de Pedagogia do campus de Ariquemes – RO.

teachers who work in Elementary School I. The research problem was to identify how the students with SEN are being evaluated and how this process has made possible the aid in inclusion. The methodology used was the content analysis of Bardin (2009). The results indicate that the lack of teacher training has limited an evaluation of the formative and inclusive learning for the students with SEN and consequently influenced in the inclusion. As a result of these results, the teacher's unpreparedness regarding the assessment of learning in the perspective of inclusion was concluded, as they can not report the methodologies they are using to evaluate these children, but also contradict themselves on the real meaning of the evaluation for teaching learning and their teaching practice, this practice has been performed from the standpoint of improvisation, since they do not receive training.

Keywords: Evaluative Practices for SEN. Teacher training. Educational Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a inclusão de crianças com necessidades especiais têm sido tema debatido na sociedade e nas esferas educacionais, dado o elevado número de matrículas nas redes públicas. De acordo com o Censo Escolar (MEC), averiguou-se um aumento expressivo no número de matrículas de crianças com NEE, em 1998 eram apenas 200 (duzentos mil) alunos matriculados na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Já o Censo Escolar de 2014 revela que 698.768 (seiscentos e noventa e oito mil) estudantes com deficiência estavam matriculados em classes comuns, no Brasil, (BRASIL, 2017).

De acordo com a Lei nº 12.796 de 2013, se entende por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino destinada a educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 2013). Neste contexto, o conceito de NEE abrange-se para todos os alunos que exigem recursos ou adaptações especiais no processo de ensino aprendizagem, algo não tão comum para a maioria dos alunos da mesma idade, por apresentarem dificuldades ou limitações que se refletem de maneiras diferentes em cada indivíduo.

Para a efetivação da inclusão de alunos com NEE a Resolução do CNE/CEB nº 4/2010 infere que o professor “[...] deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.” (BRASIL, 2010). Além da formação inicial, a Lei 9.394/96 ressalta em seu Art. 59: III – “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Entendemos que as adaptações do ambiente escolar, adaptação curricular e a avaliação da aprendizagem para alunos com NEE estão diretamente relacionadas com a formação dos

professores. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, Art. 24, a avaliação deve ser organizada de forma a cumprir os critérios de avaliação e de promoção com base no aproveitamento escolar respeitando os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e a permanência na escola. (BRASIL, 1996). Concomitante, as Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica infere:

No decorrer do processo educativo, deverá ser realizada uma avaliação pedagógica dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, objetivando identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo em suas múltiplas dimensões. Essa avaliação deverá levar em consideração todas as variáveis: as que incidem na aprendizagem: as de cunho individual; as que incidem no ensino, como as condições da escola e da prática docente; as que inspiram diretrizes gerais da educação, bem como as relações que se estabelecem entre todas elas. (BRASIL, 2001, p. 34)

Dessa forma para avaliar o aluno com NEE é imprescindível à realização da seleção de materiais, métodos e conteúdo que melhor se adequem às necessidades de cada indivíduo, corroborando com as suas capacidades e peculiaridades. Para Beyer (2005, p. 290) “a avaliação, assim, serve para favorecer o processo de inclusão no sentido de oferecer dados que informem a necessidade de apoio e de todas as variáveis que interferem no processo de ensino-aprendizagem”. É impossível discutir sobre o processo avaliativo de crianças com deficiência sem pensar em todo o processo inclusivo no qual o mesmo está inserido, neste sentido, avaliar é um meio de buscar alternativas para melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem.

Partindo desse pressuposto, no transcorrer de experiências vivenciadas e proporcionadas durante os estágios supervisionados do curso de Pedagogia – UNIR – Ariquemes – RO, em escolas públicas, acrescidas de estudos teóricos sobre educação especial e a avaliação da aprendizagem para esse público em particular, passamos a um olhar mais atento aos alunos com NEE, surgindo assim o interesse pelo estudo, vez que se observava falta de formação dos professores e um certo abandono do conhecimento aos alunos com NEE. Concomitante, nosso objetivo geral do estudo foi analisar as práticas avaliativas dos professores para alunos com NEE em uma escola pública de Ariquemes – RO, no contexto da inclusão escolar.

Adotamos para o estudo a abordagem qualitativa descritiva, dividida em duas fases, o estudo bibliográfico e a pesquisa de campo, sendo esta defendida em distintas teorias e amparadas na legislação que garante a inclusão, e o ensino de qualidade para pessoas que necessitam de atendimento especial na modalidade da educação especial.

Na pesquisa de campo ouvimos três professoras que trabalham com crianças com NEE, uma delas atua na sala de recursos. A pesquisa ocorreu no segundo semestre de 2017, tendo como lócus uma escola pública, localizada no município de Ariquemes-RO.

Para interpretar as vozes dos sujeitos respondentes da entrevista semiestruturada, recorremos a análise de conteúdo de Bardin (2009), criamos duas categorias de análise: Categoria 1: Formação dos professores para NEE e Categoria 2: Avaliação da aprendizagem para NEE.

Na primeira parte da pesquisa percorremos o caminho das informações teóricas e documentais, inferindo esforços em trazer para o debate conhecimentos de cunho esclarecedor na proposição de definição e metodologias que versam sobre o objeto de estudo e explicitar os direitos dos alunos com NEE por meio das políticas públicas garantidas por suas bases legais.

De posse dos conhecimentos teóricos e documentais, na segunda parte do estudo, trabalhamos com a interpretação das vozes dos sujeitos respondentes da pesquisa, traçando uma reflexão no sentido de encontrar resposta para nosso problema de pesquisa, qual foi: Como os alunos com NEE estão sendo avaliados?

2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA ALUNOS COM NEE

A avaliação educacional pode ser definida como um procedimento que possibilita ao professor verificar o desempenho escolar dos alunos e, averiguar se os objetivos educacionais estão sendo alcançados, a sua finalidade é fornecer informações sobre a evolução da aprendizagem do aluno. Luckesi (2008, p.174) esclarece que “a avaliação da aprendizagem na escola tem dois objetivos: auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de ensino aprendizagem, e responder a sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado”. Nesse sentido o ato de avaliar torna-se indissociável da aprendizagem do aluno, devendo esse ser um diagnóstico, pois é caracterizado como um elo entre professor e aluno.

Luckesi (2008) define a avaliação como um ato amoroso, no sentido de que avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Avaliar é uma constante tarefa para o professor, cabendo ao mesmo detectar no aluno possíveis causas da não aprendizagem.

Na esteira do debate Hoffman (2014) infere que o sentido da avaliação na escola alcança uma definição própria e comum, muito diferente do sentido que se atribui a essa palavra no dia a dia. Contemporaneamente é quase impossível discutir sobre o processo avaliativo de crianças com deficiência sem pensar em todo o processo inclusivo no qual o mesmo está inserido, neste

sentido, avaliar é um meio de buscar alternativas para melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem. Partindo desse pressuposto denotamos que a realização da avaliação da aprendizagem de uma criança com NEE é algo mais cauteloso, uma avaliação deste tipo não se resume apenas em avaliar a parte escrita, mas sim todo o desenvolvimento partindo do fato que a criança ao chegar à escola com algum tipo de limitação, ao passar por momentos de socialização e interações com outras crianças automaticamente ocorre um progresso cognitivo, afetivo, emocional, entre outros. Para Freitas (2008, p. 331) é um desafio para os professores, preponderando a primazia da interação social, “assim sendo, a avaliação deve contemplar a diversidade e a interação social. A diversidade deve ser pensada em princípios formativos, de crescimento individual e social”.

Na esteira dessa lógica, para avaliar o aluno com NEE é imprescindível à realização da seleção de materiais, métodos e conteúdo que melhor se adequem às necessidades de cada indivíduo, corroborando com as suas capacidades e peculiaridades. De acordo com Freitas (2008, p. 327), “na realidade, as pessoas com necessidades educativas especiais não podem ser descritas em termos de melhor e/ou pior, bem ou mal, superior ou inferior, maioria ou minoria, dentre outras considerações”.

O autor supracitado (2008, p. 328) destaca ainda que “a avaliação de crianças com necessidades educativas especiais deve incluir a adaptação à escola, a interação social, principalmente”. São métodos que partem do conhecimento do professor para adaptar de acordo com cada necessidade dos alunos, sendo pensadas junto à proposta curricular e objetivos educacionais. Esses esclarecimentos encontramos em Brasil (2010, p. 21).

O atendimento educacional especializado é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O papel da inclusão é eliminar o olhar da diferença, nas escolas a diversidade deve apresenta-se como sendo algo gerador de saberes e, é responsabilidade do professor trabalhar as diferenças e limitações, transformando estas dificuldades em aprendizado concomitante com toda a turma, possibilitando assim a construção de diversos saberes, a exemplo das linguagens, códigos, sinais, entre outros, sabendo que uma educação inclusiva possibilita uma aprendizagem significativa.

Destarte, a avaliação de criança com NEE carece estar entrelaçada sob a ótica do professor, o qual necessita voltar de maneira significativa a atenção às adaptações e interações sociais da criança, de modo que suas aptidões e estilos sejam voltados à aprendizagem. A

Educação Especial precisa acontecer, “[...] com base nos princípios da escola inclusiva. Além da matrícula, essas escolas devem, portanto assegurar as condições para o sucesso escolar de todos os alunos”. (CORRÊA, 2010, p. 80).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço para identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, visando abolir as barreiras para a absoluta participação dos alunos acatando e acolhendo suas necessidades específicas (BRASIL, 2008). Desta forma, o professor utiliza destes materiais e instruções que devem ser confeccionados e adaptados nesse espaço pedagógico para realização da avaliação dos alunos com deficiência, nas palavras de Beyer (2005, p. 290), “A avaliação, assim, serve para favorecer o processo de inclusão no sentido de oferecer dados que informem a necessidade de apoio e de todas as variáveis que interferem no processo de ensino-aprendizagem”.

Quando a escola disponibiliza os recursos apropriados para o AEE, além de mudar para facilitar a aprendizagem, possibilita ao professor criar estratégias para que os alunos desenvolvam melhor o conhecimento, permitindo uma avaliação que comprova o desenvolvimento individual de cada aluno. Alunos com NEE têm maiores possibilidades em aprender melhor quando o ambiente está estruturado e organizado, dessa maneira o professor deve utilizar didáticas que agrupem objetivos claros de ensino e aprendizagem que abranjam os alunos e os motive a trabalhar com a finalidade de alcançar metas. (ARRUDA, 2014).

Na prática, a modalidade de educação especial necessita de rigor teórico-metodológico, com objetivo de alcançar os resultados satisfatórios da aprendizagem, além disto, é de real importância uma análise de informações que auxiliam o (a) professor (a) para uma avaliação coerente e diferenciada, faz-se necessário reconhecer o momento exato para futuras intervenções e, é fundamental que os profissionais sejam especializados, façam formações continuadas com uma dada frequência com relação à temática abordada, e conteúdos técnicos para auxílio no ensino aprendizagem como também conteúdos curriculares específicos no caso de Braille; língua gestual portuguesa, competências sócio cognitivas, necessidade de redução do número de alunos na turma.

O aluno ao ser avaliado pode ter distinções de aprendizagem, das quais o professor está habituado a lidar, o que vai lhe demandar atenção especial, no entanto, isso não significa que a sua estrutura mental e a condição de sua aprendizagem sejam essencialmente deficitárias em relação aos demais alunos. Compreende-se, que ao definir critérios claros e específicos, os moldes da avaliação necessariamente não irá requerer uma prática pedagógica na perspectiva paternalista.

A avaliação para alunos com NEE deve abranger uma quantidade significativa de detalhes e ações desenvolvidas pela criança no decorrer de seu processo educacional, não classificando nenhum tipo de NEE, mas considerando que todas são exigidas o mesmo rigor e atenção para que o aluno não se torne um objeto estático que ao final de cada bimestre ou ano letivo lhe é atribuído apenas relatos sem mais técnicas e metodologias apropriadas que podem mudar os resultados educacionais de suas vidas, para uma boa avaliação prioritariamente precisa atender aos seguintes princípios explicitados por Arruda (2014, p. 18):

- Priorizar o progresso individual tendo por base um Plano Educacional Individualizado;
- Equilibrar aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando os qualitativos, quando necessário;
- É recomendado que ao invés de poucas avaliações, em um único momento, cobrando um grande conteúdo de informações, seja realizado um maior número de avaliações, em momentos diversos, com menor conteúdo de informações (segmentação);
- O professor pode ler as perguntas para o aluno quando assim achar necessário;
- O professor pode fazer uso de avaliação oral, ao invés de escrita, ou avaliações a serem realizadas em casa, ao invés de na escola, quando assim achar necessário;
- O aluno deve poder consultar livros e outros recursos durante a realização das avaliações.

Encontramos uma multiplicidade de possibilidades de como avaliar as crianças com deficiência, não devendo o professor ficar preso apenas uma prática pedagógica, deve estar de posse de procedimentos e instrumentos avaliativos contextualizados e que levem em conta as diferenças particulares do aluno, e que possa garantir o direito de ser cidadão reconhecido com plenos direitos pela sociedade, um aluno que atinge as expectativas educacionais em amplos aspectos. Sem conhecimento a inclusão não acontece, de certa forma, o que se vê é, educadores fazendo o que pode, ou seja, adaptando essas crianças a rotina da sala de aula, contradizendo a Política Nacional de Educação Especial:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (BRASIL, 2007, p. 11).

Para esse processo educacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei 9.394/96, dá garantias em seu Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

A realidade é que a formação do professor para este público ainda é muito precária, isto em virtude que a prática docente não está sendo vista como ferramenta de muita importância, de acordo com Luckesi (2006, p. 159), “Nós aprendemos a trabalhar para sobreviver, mas é preciso aprender que o trabalho faz parte da existência; constitui-nos, e, por isso, possibilita nosso permanente crescimento para a vida”.

O conhecimento específico voltado ao atendimento da criança com NEE possibilita de fato uma socialização, isto em virtude de que a criança consegue se envolver de maneira prazerosa possibilitando assim um contato direto com os alunos das classes regulares, ou seja, os professores bem preparados fazem a diferença na vida social e cognitiva da criança, é necessário fazer tornar realidade o que está prescrito em lei, tendo-se assim possibilidade de uma educação de qualidade e inclusiva.

De acordo com a Resolução do CNE/CEB nº 4/2010 o professor “[...] deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.” (BRASIL, 2010). Logo se entende na supracitada resolução que se tem as garantias de um atendimento educacional específico, nesse aspecto, os Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasil (2010) destaca que “a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas [...]”. Vale ressaltar que uma educação de qualidade requer práticas pedagógicas que estejam à altura de cada necessidade, portanto, a escola deve lembrar-se da sua função enquanto instituição social e dar subsídios para que de fato aconteça a inclusão no ensino.

A avaliação, deste modo, serve para favorecer o processo de inclusão no sentido de oferecer dados que informem a necessidade de apoio e apresentar as variáveis que inferem no processo de ensino-aprendizagem. (BEYER, 2005). Assim sendo, independente da NEE de

cada aluno, a avaliação possui como principal objetivo a qualidade do ensino, seus resultados são extremamente importantes para o processo de inclusão e igualdade educacional.

3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR NA VOZ DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARIQUEMES/RO.

Destinamos este tópico a análise e interpretação dos dados que foram coletados através da pesquisa de campo, por meio de pesquisa qualitativa descritiva exploratória. As vozes das professoras serão analisadas de acordo com o conhecimento teórico absorvido no decorrer deste estudo.

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em duas salas de aula e na sala de recursos de uma escola pública municipal de Ariquemes/RO. Na perspectiva de manter a integridade dos sujeitos respondentes, os nomes dos mesmos não serão divulgados, sendo então designados professores, “P.A, P.B, e P.C”. P.A é formada em Pedagogia, PB além de formação em Pedagogia tem formação em Letras e PC é formada em Letras/Inglês. Todas têm mais de 10 anos de atuação da Educação Básica. Quanto ao tempo de trabalho com alunos com necessidades especiais P.A tem 2 anos, P.B tem 5 anos e PC já atua há 8 anos.

Para criar a primeira categoria de análise trabalhamos com as questões de 01 a 03 (um a três), que serão descritas e analisadas na sequência.

Ao analisarmos as respostas dos sujeitos, relacionadas a essas questões, foi possível, com base nas falas abaixo, criarmos a seguinte categoria de análise:

Categoria 1: Formação dos professores em NEE

Questão 01: Você recebeu formação para atuar com alunos com necessidades especiais?

P.A: Na época da minha formação recebi uma pincelada, mas só para cegos.

P.B: Não. Não, tive formação [...] com a convivência que você vai detectar, quando não têm laudo, mas se tem problema eu pergunto na sala de recursos o que será que pode ser.

Nas vozes dos sujeitos é explícita a ausência de formação para atuação com NEE. Entendemos que essa falta de conhecimento pode gerar sérios danos para o aluno. Arruda (2014) infere que “um bom ambiente de aprendizagem é criado e não achado. Os professores sabem que são responsáveis por estruturar o ambiente de aprendizagem de sua sala de aula”. De certa forma os professores sabem de suas responsabilidades, porém tem trabalhado com os alunos com NEE dentro de um campo limitado, ao solicitar auxílio aos demais profissionais unicamente nos momentos que surgem as dúvidas, o que pode incipiente.

Diante da resposta de P.B, ainda indagamos: **Questão 1.1:** Você procura buscar conhecimentos para ajudar na identificação e casos de dificuldades de aprendizagem ou outras necessidades especiais?

P.B: Não [...], quando eu percebo eu passo para a professora da sala de recursos; -olha minha aluna tem esse problema será o quê” que é? [...] Tenho esse ano uma aluna que tem deficiência física e dificuldade de aprendizagem ela está com dezessete anos, já saiu daqui para outras escolas e voltou e está hoje na quinta série, foi detectado esse ano que ela tem baixa audição, além da deficiência física, baixa visão. Ela ficou muito tempo retida, não só comigo, mas com outros professores também.

A resposta da professora deixa claro que a “formação docente fica, neste enfoque, reduzida à mobilização de um conhecimento prático, tácito e à resolução de problemas imediatos” (SHIROMA, 2017, p. 29). A ausência de conhecimento da prática em sala de aula tem deixado como resultado um ensino cheio de falhas e crianças prejudicadas. Trabalhar com a inclusão não é algo que se possa improvisar a todo instante, o baixo interesse do professor em buscar mais conhecimento e capacitação, conseqüentemente pode preponderar o fracasso do ensino e a exclusão, de acordo com Bolsanello:

A inclusão depende das atitudes dos professores face aos alunos com necessidades especiais, da sua capacidade para melhorar as relações sociais, das suas formas de perceber as diferenças na sala de aula e da sua capacidade para gerir eficazmente essas diferenças. Para responder eficazmente a esta diversidade no seio das salas de aula, os professores precisam dispor de um conjunto de competências, de conhecimentos, de abordagens pedagógicas, de métodos, de materiais e de tempo (BOLSANELLO, 2005, p. 9).

Ainda no pensamento da autora (2005), no que diz respeito ao conhecimento dos professores, um dos elementos de ensino que mais precisa ser inovado é a metodologia, devendo esse refletir sobre sua prática pedagógica a fim de procurar melhorar cada vez mais o aprendizado da criança. Ao continuar a entrevista foi indagado a respeito das formações continuadas.

Questão 02: Você participa das formações continuadas? Fale sobre elas, o que especificamente têm se tratado dentro da educação especial?

P.A: Não... Participo

P.B: Não... fica voltada a professora da sala de recursos, sempre são relatos, precisamos de novas técnicas para trabalhar..., depois ela tenta passar o que pegou pra nós como pode, porque ela não é formada na área também.

As respostas foram unânimes, não participam de formações continuadas. Afirmam que as formações continuadas que são oferecidas são direcionadas para a professora da sala de recursos, além de não trazer algo direcionado a suas necessidades atuais, contradizendo as leis que garantem o aperfeiçoamento para todos. De acordo Brasil (2016) a formação continuada, possui o efeito instigante e motivador, mas esses não estão ligados apenas no que se refere à conquista de novos conhecimentos. Esse acontecimento é útil e estimulante aos professores quando consegue trazer informações que possam aprimorar o desempenho na escola. Os órgãos responsáveis necessitam adequar de forma eficaz os programas de capacitação e desenvolvimento profissional com as demandas e o aperfeiçoamento sucessivo de cada escola.

Ficou nítido que a mediação entre a formadora e as professoras ocorria parcialmente, as dúvidas e maiores dificuldades não lhes eram resolvidos por motivos de a PC também não ser uma profissional com conhecimento específico da área. Para Lima (2007, p. 20) “Um currículo para a formação humana introduz sempre novos conhecimentos, não se limita aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, às realidades regionais, ou com base no assim chamado conhecimento do cotidiano”, mas sim em novas teorias também.

A professora P.B chegou a questionar “como alguém formada em letras e inglês, nem pedagoga é”, poderia fazer o mesmo trabalho tão bem quanto uma pedagoga, por mais que se esforce não é igual é claro que fica uma lacuna?”. Nessas respostas fica claro o processo de fragmentação do saber envolvendo a mediação que acaba deixando para traz as partes mais relevantes da construção do conhecimento.

O Documento que trata das Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica Brasil (2001), Art. 59, garante a criança um atendimento especializado, bem como, professores com especialização adequada, em nível médio ou superior, para a integração desses alunos nas redes regular de ensino.

A responsável pela sala de recursos PC disse que atua na sala de recursos a três anos e quanto a sua lotação deu sua declaração:

P.C: “Então... quando eu entrei na sala de recursos eu já tinha participado de um curso de baixa visão e quando implantou a sala de recursos aqui, me colocaram, por que não tinha quem quisesse assumir, ainda é difícil quem realmente queira trabalhar com crianças especiais, têm muito preconceito ainda, infelizmente.

Importante ressaltar que a PC recebe formação da Secretaria Municipal de Educação e é responsável pela formação das professoras que trabalham com alunos com NEE.

A fim de conhecer sobre a sala de recursos e o trabalho realizado com as crianças especiais foi indagado as professoras na **Questão 03**: Você participa das aulas na sala de recursos? Essas aulas como são realizadas?

P.A: Diretamente com o aluno não, só na parte do plano de aula. Ora ele vai sozinho, ora ele vai com outras crianças.

P.B: Não, por que tenho mais alunos e lá a professora trabalha a mesma coisa que ele estaria fazendo na sala. [...]

A sala de recursos para P.B é uma espécie de apoio, para onde os alunos especiais vão para melhorar o conteúdo que na sala está difícil para ela trabalhar por falta de direcionamento, metodologias e o mais importante à busca de novas técnicas de ensino, porém de acordo com a legislação os professores comuns e os da Educação Especial necessitam se envolver para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo. (BRASIL, 2010). Cada um desses professores têm uma frente de trabalho distinta, ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento, e ao professor do AEE cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que extinguem os obstáculos que os impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular e não um reforço extra para os alunos o que segundo, conforme Brasil (2011, p. 36):

[...] sobre o atendimento das salas de recursos multifuncionais, é importante caracterizar o tipo de atendimento. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização, com foco pedagógico e não clínico. É importante lembrar que não deve ser confundido com sala de reforço, e sim como um ensino complementar.

Diante das respostas fez-se outra pergunta as professoras. **Questão 3.1**: Você elabora materiais distintos para os alunos com necessidades especiais? Descreva-os.

P.A: Sim, junto à professora da sala de recursos, lá têm bastante brinquedos pedagógicos e recursos, a minha aluna é cadeirante o resto ela consegue fazer e ela tem cuidadora.

P.B: sim, a cuidadora sempre faz...

Ambas as respostas demonstram a transferência de responsabilidade para outros sujeitos, que aparentemente estão comprometidos com seus resultados, como se ensinar tivesse uma receita pronta, que simplesmente pudéssemos nos dirigir a outra sala e nos apropriarmos.

Ainda sobre a categoria 1- Formação das professoras em NEE, inferimos alguns questionamentos à professora da sala de recursos PC: Na sua posição de professora da sala de recursos como você avalia a formação dos professores que você auxilia?

P.C: então na escola esse ano eu fiz uma formação com os estagiários conversando, falando quem era os alunos com deficiência, é... O modo de trabalhar... É que a sala de recursos está a disposição para ajudar. Eu não fiz esse ano com os professores porque eu já fiz outros... a gente tem esse diálogo com o professor pessoalmente.

Explicitamente constatamos uma distância entre as bases legais e a prática no chão da escola pesquisada. Não atendem, ou atendem incipientemente a Política Nacional de Educação Especial (2007) que dá garantias de professores capacitados e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei 9.394/96, em seu Art. 59, III: “Os professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Para a criação da segunda categoria de análise criamos as questões de 04 a 06 (quatro a seis). Com base na resposta dos sujeitos abaixo relacionadas criamos a categoria 2.

Categoria 2: Avaliação da aprendizagem para NEE

Questão 04: Você já trabalhou algo específico dentro da avaliação pedagógica para as crianças com necessidade especial?

P.A: não, por que a aluna que tenho hoje ela é apenas cadeirante as dificuldades dela são poucas com relação ao conteúdo.

P.B: Tenho muita dificuldade para avaliar, tenho alunos com deficiência física, surdez e autismo eu não posso avaliar eles como os outros que são normais, sempre que preciso procuro a professora da sala de recursos porque ela recebe as formações e tem facilidade para poder fazer os materiais.

A P.A deixou transparecer que em sua concepção não necessitava de um método diferenciado ou adaptado para avaliar, sabemos que o processo de socialização deve ser um objeto de avaliação, na criança especial, além de ser uma forma de detectar um não desenvolvimento, ou um conteúdo ainda não aprendido. Lembremos do que ela fala sobre a aluna anteriormente: P.A:

Tenho esse ano uma aluna que tem deficiência física e dificuldade de aprendizagem ela está com dezessete anos, já saiu daqui para outras escolas e voltou e está hoje na quinta série, foi detectado esse ano que ela tem baixa audição, além da deficiência física, baixa visão. Ela ficou muito tempo retida, não só comigo, mas com outros professores também.

O desconhecimento do significado do ato de avaliar está claramente expresso na fala dos sujeitos. Nota-se que a P.A desenvolve uma prática em que as potencialidades da aluna, de certa forma, não são vistas como pontos relevantes para a aprendizagem, para a professora está suficiente o que a aluna faz. As respostas de P.A e P.B analisadas pela óptica da inclusão leva a compreensão de que não estão conseguindo distinguir a função da avaliação na aprendizagem, uma vez que Luckesi (2006) caracteriza a função de avaliar como meio de auxiliar a construção da aprendizagem satisfatória, toda criança especial tem necessidade de métodos avaliativos específicos para mediação do conhecimento.

P.A usa a avaliação que Luckesi (2006) define como avaliação classificatória ou métrica. Simplesmente quer saber o tamanho do que se aprendeu e classifica como a aluna ou o aluno que já “sabe” determinado conteúdo. A P.B não conseguiu decifrar a avaliação que ela aplica, ela se apegou no relatório construído por ela e a professora da sala de recursos, resumindo, em “muita dificuldade para avaliar” (PB).

Perguntamos a PC sobre a matéria: Você já trabalhou algo específico com os professores sobre avaliação para NEE?

P.C: então a avaliação pedagógica é na sala de aula o professor tem que elaborar a prova. O professor da sala de recursos ele vem para auxiliar e apoia adaptar de acordo com a necessidade do aluno, então a gente conversa com a coordenação pedagógica da escola e com o professor. Por quê? Entregar pronto é muito fácil né?

Podemos identificar a avaliação da aprendizagem reduzida a um instrumento chamado ‘prova’. Em sua resposta a PC deixa claro que deixa essa questão para o professor pois, ela afirma que entregar pronto é fácil o que reforça as compreensões anteriores as falas das professoras estão na zona de conforto. Os sujeitos respondentes da pesquisa ainda não perceberam que a aprendizagem dos alunos depende da avaliação da aprendizagem, elaboradas e aplicadas de acordo com cada necessidade educacional especial e, que esse processo necessita de formação.

No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana (BRASIL, 2008, p. 11).

Ainda sobre essa prática de avaliação Hoffman (2014, p. 116) defende que “a avaliação como acompanhamento do processo de construção do conhecimento ocorre ao longo do processo educativo, nunca ao final”.

Questionamos ainda sobre as definições de avaliação: **Questão 05:** Para você o que é Avaliação da aprendizagem na perspectiva da inclusão?

P.A: Bom... Eu avalio dentro do conhecimento de mundo que o aluno apresenta, é uma avaliação... Por critérios mais não tão assim relacionado ao conteúdo que está sendo trabalhado com os outros alunos, é uma avaliação individual que é visa outros aspectos da comunicação, da relação interpessoal, da obediência as regras de convivências, é avaliado dessa maneira, e os outros conteúdos é avaliado o ano todo, não por bimestre, como é feito com os outros alunos e, é feito um relatório meu e um da professora da sala de recursos.

P.B: é quando você pega uma criança é você vê que ela não tem certas habilidades, você vai trabalhar de modo que ela vai avançando.

Houve certa confusão na definição, no que diz respeito à função e significado, pois, de acordo com Luckesi, (2006, p. 66) “A avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno. Ela tem a função de possibilitar uma qualificação da aprendizagem do educando”.

A mesma pergunta foi feita para a PC:

P.C: “Pergunta difícil né”. Hum... A avaliação da aprendizagem..., o professor ele precisa ter um olhar diferenciado para seu aluno, planejar o dia a dia as atividades voltadas em cima daquele conteúdo mais adaptada para o aluno, porque quando tiver a avaliação final o aluno consiga entender aquilo que ele quer. O professor precisa ter essa visão, muitos acham que... Ah ele não vai conseguir, e tudo que o aluno especial faz tem que ser avaliado.

Luckesi (2006) infere que a avaliação da aprendizagem em seu sentido completo só é possível na medida em que realmente o professor estiver interessado na aprendizagem do seu educando. O professor precisa estar interessado que o aluno aprenda aquilo que está sendo ensinado, caso contrário perde-se o sentido da prática avaliativa. Na esteira dessa assertiva Sartoretto corrobora:

[...] as questões referentes à avaliação dizem respeito à avaliação de qualquer aluno e não apenas das pessoas com deficiências. A única diferença que há entre as pessoas ditas normais e as pessoas com deficiências está nos recursos de acessibilidade que devem ser colocados à disposição dos alunos com deficiências para que possam aprender e expressar adequadamente suas aprendizagens. Por recursos de acessibilidade podemos entender desde as atividades com letra ampliada, digitalizadas em Braille, os interpretes, até uma grande gama de recursos da tecnologia assistiva hoje já disponíveis, enfim, tudo aquilo que é necessário para suprir necessidades impostas pelas deficiências, sejam elas auditivas, visuais, físicas ou mentais (SARTORETTO, 2010, p. 1,2).

Ainda sobre a avaliação, em continuação fizemos outra pergunta: **Questão 06:** Quais os instrumentos que você utiliza para avaliar crianças com necessidades especiais?

P.A: Ficha de avaliação, relatório e comportamento da criança.

P.B: No início do ano um diagnóstico, depois que se adapta o planejamento anual e futuramente pode mudar ele é flexível.

PC: Conselho de professores, relatórios.

Pudemos colher durante a pesquisa, na fala dos sujeitos, expressões como: prova, avaliação final, ficha de avaliação, relatório, comportamento da criança e outros. Não houve o entendimento de que a avaliação da aprendizagem tem um curso indissociável do processo de ensino e aprendizagem. Os instrumentos de avaliação são atividades aplicadas após o professor ter a certeza que já despendeu uma instrumentalização adequada para a compreensão do conhecimento por parte do aluno, podendo esses instrumentos ser diversos conforme cada NEE e o contexto. Este é o momento em que após aulas e exercícios os professores procedem com atos e atividades para que os alunos possam expressar os seus entendimentos, as compreensões de conteúdos e também de hábitos e habilidades ensinados na escola, tais instrumentos podem ser diversos, de acordo com cada NEE. Luckesi apresenta requisitos a serem considerados sobre os instrumentos:

[...] deverá ser planejado [...]; deverá conter questões precisas (sem ambiguidades; nada de propor questões que possam induzir o educando à dúvidas sobre o que estamos solicitando que ele manifeste ter aprendido); cada questão deverá conter um único conteúdo (se, numa questão, estiverem presentes dois ou mais conteúdos, caso o estudante acerte ou erre, nunca poderemos saber o que efetivamente ele acertou ou errou); as questões devem ser apresentadas em linguagem clara (o estudante necessita ter, clara e objetivamente, ciência do que está sendo solicitado que faça; caso não compreenda o que se pede, como poderá responder com adequação? (LUCKESI, 2006, p. 240).

Lançamos a última questão: **Questão 6.1:** Como tem sido a promoção dos alunos com necessidades especiais?

P.A: Dependendo do índice de avanços, lendo o relatório, as fichas, se ela alcançou um índice satisfatório ela é avançada para a próxima turma, se não fica retida se houver necessidade de conteúdo de alguma prática ou alguma coisa que ela não desenvolveu ela fica naquela turma.

P.B: Se ele tem laudo médico ele é amparado por lei, não pode ficar retido, ou seja, se ele aprendeu ou não ele vai avançar. Agora se ele tem a deficiência e ele não tem laudo o professor pode reter vai da consciência do professor.

P.C: Infelizmente o aluno sem laudo fica retido, é o caso de alguns que são especiais mais não tem laudo ainda, porque assim... Vai chegar ao ponto que passou três anos, você já tem que ter o olhar diferenciado ai vem o conselho pra poder adiantar. Todo aluno com laudo passa pelo conselho pra poder adiantar. Não temos mais tantos casos de alunos que fica tanto tempo retido, só que ele avança com um monte de limitação, que também você não vai deixar o aluno o resto da vida lá no quarto ano. Até porque é lei né não pode tantos anos de progressão.

O laudo é emitido por um médico que informa a condição do aluno, esse laudo não é uma carta de aprovação ou retenção do aluno, mas sim um documento que informa a condição da criança aos profissionais da escola que, de posse do laudo devem criar mecanismos para a sua aprendizagem, no sentido de propor um plano adequado, com flexibilização dos conteúdos,

isso não significa facilitação dos conteúdos, avaliando e respondendo pelo sucesso ou fracasso do aluno. O professor da sala regular, bem como o professor do AEE devem, ao passo que ensinam e avaliam, criar instrumentos de registros para o acompanhamento e intervenção adequada no processo de ensino e aprendizagem, tais como observações, relatórios, entrevistas e não somente se orientar pelo laudo médico, cometendo uma injustiça, para não dizer retirando o direito do aluno, uma vez que os direitos de aprendizagem não lhes foram garantidos.

Para concluir, inferimos que o processo de inclusão dos alunos com NEE tem ocorrido de forma incipiente nas escolas públicas do país. Longe de atribuir o insucesso aos professores, que são responsabilizados por todas as mazelas educacionais. O que constatamos é o abandono do poder público a distintas formações continuadas. No caso específico dessa pesquisa, a Secretaria de Educação tem ofertado formação aos professores das salas de AEE, ficando os docentes de salas de aula comuns abandonados ao improviso e até ao abandono dos alunos com NEE, estes tem engrossado as estatísticas numéricas da educação, sendo a avaliação um fio condutor que corrobora com a exclusão, vez que não cumpre seu papel, longe de compor as estatísticas da tão almejada qualidade nos aspectos da inclusão educacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amparados em diálogos teórico-metodológicos, conduzidos por autores nacionais do campo da avaliação da aprendizagem e documentos legais, que direcionam a prática avaliativa para alunos com NEE em suas mais distintas e complexas formas, este estudo objetivou analisar as práticas avaliativas para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) em uma escola pública de Ariquemes – RO, no contexto da inclusão em salas regulares de ensino. Concomitante, nosso problema foi buscar respostas sobre como os alunos com NEE estão sendo avaliados.

Podemos consolidar, a partir dos estudos teóricos, que a avaliação para alunos com NEE é indissociável dos momentos de ensino, ao passo que se ensina, se avalia para diagnosticar em que medida o aluno se apropriou do conhecimento, e o que fazer caso o mesmo ainda necessite de outra metodologia, mais instrumentalização, mais recursos disponíveis e adequados a seu favor. Outra forte questão é que a avaliação não avalia apenas o aluno, avalia também o sucesso e o fracasso da prática docente, ‘o fracasso do meu aluno significa meu fracasso também’.

Compete ressaltar aqui que avaliar na perspectiva da inclusão, independente da NEE, deve considerar dos micros aos macros detalhes. Caso a avaliação da criança com necessidade

especial visar os mesmos aspectos da avaliação comum, obviamente esta criança já está sendo excluído do processo de desenvolvimento da aprendizagem significativa, concomitante significa o fracasso do profissional que não está preparado para analisar e desenvolver as potencialidades, dessa forma não há inclusão. A retenção por falta de meios que o possibilita desenvolvimento pleno, é reflexo do descaso do Estado, representado pelos seus gestores e, muito embora tenha-se as garantias legais para o atendimento especializado, os cursos de formação são insipientes, e no caso analisado não podemos inferir que há formação para as professoras que tem em suas salas crianças com NEE e convergem quase que totalmente do campo teórico e do aparato legal. Os direitos das crianças com NEE estão sendo negados.

O papel do professor que atua com alunos com NEE é se apropriar de conhecimentos teóricos-metodológicos que possam assegurar os direitos garantidos a esse público, em salas regulares de ensino, com apoio de boas formações e demais profissionais capacitados. No que concerne a avaliação, a má qualidade educacional já está posta e se o educador não utilizá-la a favor do aluno e de seu trabalho o fio d'água poderá virar uma correnteza, intensificando a necessidades especiais dos alunos.

REFERÊNCIAS

Marco Antônio Arruda & Mauro De Almeida (Orgs). **Cartilha da Inclusão Escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Comunidade Aprender Criança. Ribeirão Preto e São Pedro-SP: SP, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BOLSANELLO, Augusta Bolsanello.; ROSS, Paulo Ricardo. **Educação especial e avaliação de aprendizagem na escola regular**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR, 2005.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/Secretaria de Educação Especial, MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em:

http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 13 mai. 2018.

BRASIL. **Resolução Nº 04, de 02 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica Modalidade Educação Especial. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. **Educação inclusiva e o atendimento educacional especializado**. Brasília. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em 18 de set de 2018.

BRASIL. **Formação de professores no Brasil: diagnóstico, agenda de políticas e estratégias para a mudança**. São Paulo: Moderna, 2016. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/002899327de04ba7d385c>. Acesso em 18 de set de 2018.

BRASIL. **Censo Escolar Da Educação Básica 2016. Notas Estatísticas Brasília-DF: Fevereiro de 2017**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

FREITAS, NELI. **Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 323-336, jul./set. 2008.**

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola á universidade**. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos, **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos: **Avaliação da aprendizagem escolar**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SARTORETTO, Mara Lúcia: **Como avaliar o aluno com deficiência?** Assistiva: disponível em: http://assistiva.com.br/Como_avaliar_o_aluno_com_defici%C3%Aancia. 2010. Acesso em: 04 de nov.2017

SHIROMA, Eneida, Oto, et al: A Tragédia Docente e suas Faces. In: EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2017.